



17/10/2017

SEGUNDA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 28.775 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
IMPTE.(S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPTE.(S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.(A/S)	: ALEXANDRE CASTRO GUACHALLA
LIT.PAS.(A/S)	: BEATRIZ BRUM PINHEIRO
LIT.PAS.(A/S)	: BERKY PIMENTEL DA SILVA
LIT.PAS.(A/S)	: CARLA MARIA CALDAS FIGUEIREDO
LIT.PAS.(A/S)	: CARLOS MANOEL DO NASCIMENTO
LIT.PAS.(A/S)	: FERNANDA ANDRADE SILVEIRA BUENO
LIT.PAS.(A/S)	: IZABEL CRISTINA ALVES PEREIRA
LIT.PAS.(A/S)	: MARCELO DA SILVA BORGES BRANDÃO
LIT.PAS.(A/S)	: MATHEUS BON SAMPAIO
LIT.PAS.(A/S)	: RAPHAEL RODRIGUES RIBEIRO
LIT.PAS.(A/S)	: ROSANA SARAIVA MANHAES DUTRA
LIT.PAS.(A/S)	: TACIO RAMOS ROLIM DE MOURA
LIT.PAS.(A/S)	: TÂNIA MARIA SILVA RIBEIRO
ADV.(A/S)	: CARLOS ROBERTO BARBOSA MOREIRA
LIT.PAS.(A/S)	: CAROLINA RODRIGUES DA SILVA
LIT.PAS.(A/S)	: FLÁVIA MANSUR FERNANDES
LIT.PAS.(A/S)	: RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR
LIT.PAS.(A/S)	: RODRIGO ARAÚJO THEÓFILO
ADV.(A/S)	: EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO E OUTRO(A/S)
LIT.PAS.(A/S)	: ALAN NASCIMENTO OLIVEIRA

**MS 28775 / RJ**

ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:ALLAN NUNES POUBEL
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:ANA LUCIA MARAGA WATZL
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:BRUNO ROBERTO DE OLIVEIRA RAMOS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:CARLOS FELIPE GUERRA DE ANDRADE
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:CAROLINA CRUZ TEIXEIRA CARMO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:CINTHIA APARECIDA FERREIRA BORGES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:CINTIA BEATRIZ BIANCHI
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:DANIEL MUNIZ SOARES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:DOUGLAS OLIVEIRA FONTES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:FATIMA DA CONCEICAO FERNANDES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:FRANKLIN LACERDA GOMES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:HELOÍSA ESTEFAN PRESTES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:HELON ARRAIS AMARAL MORAES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:ISABELLA RODRIGUEZ LEMA
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:IVAN NIZER GONSALVES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:JULIANA FERRAZ DE ARRUDA SPOSITO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:LEONARDO MONÇORES VIEIRA
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:MARCIA HELENA ROUXINOL FERNANDES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**MS 28775 / RJ**

LIT.PAS.(A/S)	:MARCOS AURELIO RIBEIRO RAMOS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:MARIA ANGELICA SOUZA LOUZADA CARVALHO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:MARIA EMILIA DOS SANTOS URURAHY
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:MARIA ISABELA RIBEIRO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:NATASHA VELLASCO GONCALVES SILVA
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:PALOMA PEREIRA SOUZA RUFFINO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:PAULO FERREIRA RODRIGUES JÚNIOR
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RAFAEL D'AVILA BARROS PEREIRA
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RAFAEL XIMENES ALVIM
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RAQUEL VIEIRA ABRAO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RICARDO PINHEIRO JUCÁ VASCONCELOS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RICARDO SILVA CARNEIRO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RODRIGO CARALINE DE ALMEIDA CARVALHAL
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:TADEU BAGUINHO DINIZ
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:THAIS VIEGAS SANTOS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ANULAÇÃO DO XLI CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO NAS ATIVIDADES NOTARIAIS E/OU REGISTRAIS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. AMPLICAÇÃO DO OBJETO DE APURAÇÃO DO

**MS 28775 / RJ**

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

I - Não está inserido no rol de competências constitucionais do Conselho Nacional de Justiça comando que autorize o exame do conteúdo de questões formuladas em provas de concursos públicos, bem como a avaliação de seus critérios de correção.

II – A decisão questionada, ao examinar as respostas das candidatas, reviu os critérios adotados pela Banca Examinadora, situação vedada pela pacífica jurisprudência desta Corte. Precedentes.

III - A Constituição de 1988 assegura participação de todos em concursos públicos, direito subjetivo assegurado aos cidadãos em geral, desde que atendidos os requisitos legais, não importando eventual parentesco com integrantes do órgão ou entidade que realiza o certame.

IV - Ao alterar o caráter objetivo de apuração administrativa, passando-se à análise subjetiva com deliberação sobre questões particulares dos candidatos, torna indispensável a intimação dos interessados.

V – A ausência de intimação dos interessados para que se manifestassem sobre a ampliação do objeto inicial de investigação do PAC, ofende a garantia constitucional do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF). Precedentes.

VI – “Não é possível presumir a existência de má-fé ou a ocorrência de irregularidades pelo simples fato de que duas das candidatas aprovadas terem sido assessoras de desembargadores integrantes da banca examinadora”.

VII – Segurança concedida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria, conceder integralmente a ordem para anular os efeitos da decisão questionada proferida pelo

**MS 28775 / RJ**

Plenário do Conselho Nacional de Justiça, bem como do despacho proferido pelo Corregedor Nacional de Justiça que o integra, nos autos do Procedimento de Controle Administrativo 0000110- 14.2009.2.00.0000, nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Dias Toffoli, Relator, que concedia a ordem em menor extensão. Declarou-se suspeito o Ministro Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 17 de outubro de 2017.

Ministro Ricardo Lewandowski - Redator para o
acórdão

**17/10/2017****SEGUNDA TURMA****MANDADO DE SEGURANÇA 28.775 RIO DE JANEIRO**

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
REDATOR DO ACÓRDÃO	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
IMPTE.(S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPTE.(S)	: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
LIT.PAS.(A/S)	: ALEXANDRE CASTRO GUACHALLA
LIT.PAS.(A/S)	: BEATRIZ BRUM PINHEIRO
LIT.PAS.(A/S)	: BERKY PIMENTEL DA SILVA
LIT.PAS.(A/S)	: CARLA MARIA CALDAS FIGUEIREDO
LIT.PAS.(A/S)	: CARLOS MANOEL DO NASCIMENTO
LIT.PAS.(A/S)	: FERNANDA ANDRADE SILVEIRA BUENO
LIT.PAS.(A/S)	: IZABEL CRISTINA ALVES PEREIRA
LIT.PAS.(A/S)	: MARCELO DA SILVA BORGES BRANDÃO
LIT.PAS.(A/S)	: MATHEUS BON SAMPAIO
LIT.PAS.(A/S)	: RAPHAEL RODRIGUES RIBEIRO
LIT.PAS.(A/S)	: ROSANA SARAIVA MANHAES DUTRA
LIT.PAS.(A/S)	: TACIO RAMOS ROLIM DE MOURA
LIT.PAS.(A/S)	: TÂNIA MARIA SILVA RIBEIRO
ADV.(A/S)	: CARLOS ROBERTO BARBOSA MOREIRA
LIT.PAS.(A/S)	: CAROLINA RODRIGUES DA SILVA
LIT.PAS.(A/S)	: FLÁVIA MANSUR FERNANDES
LIT.PAS.(A/S)	: RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR
LIT.PAS.(A/S)	: RODRIGO ARAÚJO THEÓFILO
ADV.(A/S)	: EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO E OUTRO(A/S)
LIT.PAS.(A/S)	: ALAN NASCIMENTO OLIVEIRA

**MS 28775 / RJ**

ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:ALLAN NUNES POUBEL
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:ANA LUCIA MARAGA WATZL
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:BRUNO ROBERTO DE OLIVEIRA RAMOS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:CARLOS FELIPE GUERRA DE ANDRADE
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:CAROLINA CRUZ TEIXEIRA CARMO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:CINTHIA APARECIDA FERREIRA BORGES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:CINTIA BEATRIZ BIANCHI
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:DANIEL MUNIZ SOARES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:DOUGLAS OLIVEIRA FONTES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:FATIMA DA CONCEICAO FERNANDES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:FRANKLIN LACERDA GOMES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:HELOÍSA ESTEFAN PRESTES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:HELON ARRAIS AMARAL MORAES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:ISABELLA RODRIGUEZ LEMA
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:IVAN NIZER GONSALVES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:JULIANA FERRAZ DE ARRUDA SPOSITO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:LEONARDO MONÇORES VIEIRA
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:MARCIA HELENA ROUXINOL FERNANDES
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**MS 28775 / RJ**

LIT.PAS.(A/S)	:MARCOS AURELIO RIBEIRO RAMOS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:MARIA ANGELICA SOUZA LOUZADA CARVALHO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:MARIA EMILIA DOS SANTOS URURAHY
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:MARIA ISABELA RIBEIRO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:NATASHA VELLASCO GONCALVES SILVA
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:PALOMA PEREIRA SOUZA RUFFINO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:PAULO FERREIRA RODRIGUES JÚNIOR
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RAFAEL D'AVILA BARROS PEREIRA
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RAFAEL XIMENES ALVIM
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RAQUEL VIEIRA ABRAO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RICARDO PINHEIRO JUCÁ VASCONCELOS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RICARDO SILVA CARNEIRO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:RODRIGO CARALINE DE ALMEIDA CARVALHAL
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:TADEU BAGUINHO DINIZ
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S)	:THAIS VIEGAS SANTOS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Cuida-se de mandados de segurança impetrados pelo Estado do Rio de Janeiro e Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (MS nº

**MS 28775 / RJ**

28.775), por Alan do Nascimento Oliveira (MS nº 28.777) e por Alex Reis da Silva e Outros (MS nº 28.797) em face do Conselho Nacional de Justiça por ato de seu plenário com o qual, nos autos de processo de controle administrativo, aquele colegiado determinou a anulação do XLI concurso público para admissão nas serventias extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro. O acórdão combatido foi assim ementado:

“PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. XLI CONCURSO PÚBLICO PARA ATIVIDADES NOTARIAIS E/OU REGISTRAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE E DA IMPESSOALIDADE. ANULAÇÃO.

1. O controle da legalidade dos concursos públicos realizados pelos órgãos do Poder Judiciário insere-se no espaço de competência atribuída ao CNJ para zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário (CF art 103-B, § 4º II).

2. Não se trata, no caso dos autos, de substituir a comissão de concurso na valoração do conteúdo das questões e dos critérios de correção das provas. O caso exige a verificação de validade dos procedimentos adotados pela comissão do concurso, em face das alegações de violação dos princípios da isonomia, da moralidade e da impessoalidade.

3. Este Conselho já decidiu não haver ilegalidade na ausência de divulgação dos critérios de correção de provas subjetivas ou do que se denomina “espelho de correção” das provas (PCA 318).

4. Se o edital não é suficientemente claro sobre a atribuição do órgão da UERJ para correção da prova discursiva do certame, não é suficiente invocar a praxe verificada nos concursos públicos para afirmar a impossibilidade de correção da prova pela própria comissão.

5. É incompatível com os princípios da moralidade e da impessoalidade a participação do Corregedor-Geral de Justiça como presidente da comissão examinadora de concurso do qual

**MS 28775 / RJ**

participe como candidata pessoa com quem manteve íntima e duradoura relação.

6. As muitas evidências de parcialidade da comissão examinadora autorizam a convicção de que houve o favorecimento a duas candidatas na correção das questões da prova subjetiva.

7. Pedido julgado procedente para anular o XLI Concurso Público para Admissão nas Atividades Notariais e/ou Registrais da Corregedoria-Geral da Justiça no Estado do Rio de Janeiro.”

No MS nº 28.775, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro apontam, em síntese:

(i) **extrapolação das competências constitucionais do CNJ**, que teria procedido a “recorreção de provas (...) valendo-se de critérios subjetivos (...) de julgamento”; ao passo em que o controle de legalidade admitido no âmbito de concursos públicos seria – defende – aquele que se limita “à verificação da conformidade entre o conteúdo das diversas questões e o edital do certame”;

(ii) **violação da autonomia dos tribunais**, pois, argumenta, “a anulação de atos de provimento de cargos e delegações do Poder Judiciário fluminense avilta e apequena a esfera de competência privativa do Tribunal de Justiça desta unidade da Federação e, mais grave, deixa vagos, em situação precária, postos de prestação de serviço público essencial”;

(iii) ausência de pertinência temática a autorizar a intervenção do CNJ, ante a **ausência de caráter nacional da questão**;

(iv) **ausência do contraditório e da ampla defesa**, pois, não obstante tenham sido os concursandos notificados acerca das imputações inicialmente postas no procedimento de controle administrativo, ao longo do feito, teria havido “aditamento ao requerimento inicial, com o acréscimo de novas causas de pedir”, que, ao final, se constituíram os “fundamentos únicos” do ato combatido, mesmo sem nova notificação dos interessados para sobre elas se manifestarem;

(v) **inveridicidade de fundamentação adotada no julgado** (relativa

**MS 28775 / RJ**

ao favorecimento de candidatos pela prévia entrega ao presidente da comissão das provas e respectivos gabaritos), pois, consoante se tenha reconhecido no próprio ato coator, não existiu espelho ou gabarito para a correção da prova discursiva (justamente a prova sobre a qual se deu a conclusão de fortes indicações de parcialidade). Concluíram os impetrantes que,

“de um lado, adotou-se como verdadeiras, sem escora em provas, as afirmações de pessoas diretamente interessadas na anulação do concurso (candidatos mal sucedidos no certame) ou absolutamente suspeitas por desavenças pessoais com o presidente da comissão de concurso; e

de outra parte, foram absolutamente desconsideradas (quer para acolher, quer para rejeitar), as alegações trazidas pelo primeiro impetrante ao longo da tramitação do processo administrativo, alegações estas que, certamente, por si só, já conduziram à conclusão diametralmente oposta à que se obteve no ato decisório ora combatido”.

(vi) o ato apontado coator teria se valido de conjecturas acerca:

a) da suspeição do presidente da comissão (mesmo sem regra expressa quanto à suspeição na hipótese fática dos autos – ex-relacionamento com candidata);

b) da má-fé dos membros da banca examinadora (já que foram estes que corrigiram todas as provas discursivas);

c) do uso de influência do presidente da comissão sobre os membros da banca examinadora; e

d) da ocorrência de fraude no sistema de desidentificação das provas;

(vii) ainda que existisse regra de impedimento do presidente da Comissão, seria ela irrelevante no caso, uma vez que “não houve absolutamente nenhuma participação do presidente da comissão de concurso na atividade de correção das provas;



MS 28775 / RJ

(viii) **não procederia a alegação de que a candidata Heloisa Estefan Prestes teria sido “beneficiária de diversas indicações anteriores para responder por rentáveis serventias”;**

(ix) **“a impessoalidade e a moralidade não têm densidade normativa suficiente para delas se extrair a regra alvitada pelo Conselho Nacional de Justiça, qual seja, a de que a Presidência de comissão de concurso no Poder Judiciário não pode recair sobre quem tenha mantido relacionamento pessoal (passado) com candidato.”**

Nas razões iniciais do MS nº 28.797, por sua vez, os impetrantes, candidatos aprovados no XLI Concurso Público para Admissão nas Atividades Notariais e/ou Registrais, defendem, em síntese:

(i) **que os vícios identificados pelo Conselho Nacional de Justiça se restringiram a apenas duas candidatas** (Flávia Mansur Fernandes e Heloísa Prestes), pelo que a anulação de todo certame representaria “típica manifestação de abuso de poder” (fl.15, vol. 1);

(ii) **violação do contraditório**, pois a pretensão inicial dos ora impetrantes, ao instar o CNJ, era apenas a anulação da prova subjetiva; não obstante o Conselho, no curso do procedimento, por tomar conhecimento da existência de relação afetiva entre o desembargador, presidente da Comissão de concurso (Luiz Zveiter) e a candidata do certame Flávia Mansur Fernandes e de possível favorecimento a sua aprovação e à aprovação de outras duas candidatas, deliberou, sem nova oitiva dos candidatos diretamente interessados, pela anulação de todo o certame;

(iii) **o CNJ teria exorbitado de seu poder** ao proceder a indevida reavaliação das provas e das notas atribuídas pela banca examinadora aos vários candidatos.

Por fim, nos autos do MS nº 28.777, também impetrado por grupo de candidatos, além das mesmas alegações constantes do MS nº 28.797,

**MS 28775 / RJ**

adicionou-se o argumento **de inexistirem indícios reais de favorecimento às candidatas** Heloísa Prestes e Flávia Mansur (que figuram dentre os impetrantes desse último **mandamus**). Defende-se que

“[o] ato atacado não apontou um único fato concreto que pudesse ligar alguma conduta do Corregedor-Geral à aprovação de duas candidatas.

(...)

É inconteste que não é lícito atribuir eventuais irregularidades ocorridas na correção das provas ao Presidente da Comissão, que não participou desta tarefa, realizada pelos demais membros em relação aos quais não há qualquer imputação de suspeição.

(...)

Destarte, não há falar em ofensa aos princípios da isonomia e da impessoalidade, ou ocorrência de suspeição, vez que não houve favorecimento de candidatos e não há prova de má-fé, assim como o suposto vício não foi alegado no tempo oportuno.

(...)

A alegação de que as duas indigitadas candidatas teriam sido favorecidas na correção das provas não se coaduna com o que restou comprovado no curso do processo que tramitou perante o CNJ.

O Corregedor-Geral de Justiça do RJ não era examinador do concurso, não tendo sido responsável pela correção de uma única questão. Seria impossível, assim, que ele próprio tenha atribuído pontos ‘não merecidos’ às candidatas.

Nesse passo, em que pese não ter sido dito expressamente, a única possibilidade restante seria a de que, na condição de Presidente da comissão de concurso, o Corregedor-Geral pudesse ter exercido pressão sobre os membros da banca examinadora.

Todavia, tal pressão seria impossível de ser exercida!

Primeiro, porque os examinadores corrigiram as provas de uma mesma sala da Corregedoria do TJ/RJ, com a presença de

**MS 28775 / RJ**

todos os membros da comissão, recebendo a folha de respostas sem identificação, consoante revelam os depoimentos prestados no PCA pelos senhores Renaldo Andrade Brussiére e Gustavo Sebastião Lessa Ráfare, ambos membro da Banca Examinadora, tendo sido o primeiro indicado pelo Colégio Notarial do Rio de Janeiro e o segundo pelo Sindicato dos Registradores do RJ.

(...)

Segundo (...)

A independência técnica e política dos examinadores do concurso, indicados por diferentes órgãos e entidades, exclui a possibilidade de terem se submetido a pressões de qualquer natureza.

Terceiro, porque as provas foram totalmente desmontadas pela CPUERJ, com as questões separadas e 'sem qualquer tipo de identificação do candidato'(...).

No presente caso, ocorreu o contrário! O Relator do processo no CNJ corrigiu as provas das candidatas Flávia e Heloísa, sabendo que eram delas as respostas e imbuído de suspeitas, ou já convencido, de que elas seriam íntimas do Presidente da Comissão (uma ex-namorada e a outra amiga)".

A União requereu o ingresso no feito (fl.3995).

Certificado o impedimento do Ministro **Gilmar Mendes** para figurar como relator do feito (por ter participado, na qualidade de presidente, da sessão em que apreciado o PCA ora combatido - fl. 4228), foram os autos distribuídos ao Ministro **Ricardo Lewandowski**, que, então relator do feito, **concedeu a liminar para suspender os efeitos da decisão proferida**.

Contra essa decisão, a União interpôs agravo.

Foram prestadas informações pelo Conselho Nacional de Justiça às fls. 334 do MS nº 28.797.

Ainda como Relator do feito, o Ministro **Ricardo Lewandowski** proferiu decisão pela conexão das demandas e pela reunião dos processos, tendo determinado, ademais, aos impetrantes que adotassem as providências para a citação, na qualidade de litisconsortes passivos, de todos os demais candidatos aprovados. A Relação dos candidatos a serem

**MS 28775 / RJ**

citados foi apresentada às fls. 4210/4215.

Redistribuídos os autos, declararam-se suspeitos os Ministros **Edson Fachin (fl. 4222)** e **Luiz Fux (fl. 4227)**.

Os autos me foram distribuídos em 29/10/15.

A Secretaria adotou as providências para a citação dos litisconsortes e voltaram-me os autos conclusos em 10/8/17, com apresentação de contestação nos autos do MS nº 28.775 apenas por Alexandre Castro Guachalla e outros, todos impetrantes do MS nº 28.797. Na peça defensiva reiteram as razões apresentadas na exordial daquele **mandamus**.

O parecer da d. PGR foi pela denegação da ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 4155):

“Mandado de segurança. Acórdão do Conselho Nacional de Justiça que determinou a anulação do concurso público para ingresso nas atividades notariais e/ou registrais na Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Atuação do Conselho Nacional de Justiça nos limites das atribuições fixadas no artigo 103-B, § 4º, inciso II, da Constituição. Ausência de violação ao devido processo legal ao contraditório e à ampla defesa. Apuração da legalidade da participação do então Corregedor-Geral de Justiça como Presidente da Comissão Examinadora do Concurso. Conclusão pelo favorecimento de candidatos na correção da prova subjetiva. Controvérsia decidida pelo Conselho Nacional de Justiça com base no conjunto probatório produzido no âmbito administrativo. Existência de vício capaz de macular a lisura e a aparência de legalidade do concurso. Reexame de fatos e provas que não compete ao Judiciário na via estreita do ‘writ’. Impossibilidade de preservação do concurso, de qualquer modo, sob pretexto de se garantir a presunção de boa-fé e validade dos atos administrativos. Prestígio à legalidade, moralidade e impessoalidade. Parecer pela denegação da ordem, seguindo anterior manifestação no MS 28.777.”

É o relatório.



17/10/2017

SEGUNDA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 28.775 RIO DE JANEIRO

VOTO**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Constato, inicialmente, que **não assiste razão aos impetrantes no que respeita à alegada ausência de competência do Conselho Nacional de Justiça para proceder, no caso, ao exame comparativo da correção das provas subjetivas.**

É inegável que esta Corte tem farta jurisprudência no sentido de que, em regra, controvérsia atinente a critérios de correção de questões de concurso público não se submete aos órgãos de controle, sob pena de substituição à banca examinadora de concurso público. Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA. PEDIDO DE REVISÃO DE DECISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE ANULOU QUESTÃO DE PROVA OBJETIVA DO CONCURSO PARA PROCURADOR DA REPÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA (SÚMULA Nº 473 DO STF). INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ART. 127, § 2º, DA CRFB). CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO DO PARQUET. IMPOSSIBILIDADE DE INCURSÃO NO MÉRITO ADMINISTRATIVO RELATIVO AOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA ANULAR A QUESTÃO. ILEGITIMIDADE AD CAUSAM DA AUTORA PARA POSTULAR EM NOME DOS CANDIDATOS SUPOSTAMENTE PRETERIDOS. INEXISTÊNCIA DO INTERESSE DE AGIR. INCOMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA CONHECER E JULGAR AÇÕES NÃO MANDAMENTAIS EM FACE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONFUSÃO ENTRE OS POLOS ATIVO E PASSIVO DA DEMANDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA



MS 28775 / RJ

PROVIMENTO.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende, em regra, como insindicável judicialmente a controvérsia atinente a critérios de correção de questões de concurso público, sob pena de o Poder Judiciário substituir-se à banca examinadora de concurso público.

(...)

6. Agravo regimental a que se nega provimento. (ACO 1936/DF-AgR, Relator o Min. **Luiz Fux**, Primeira Turma, DJe de 27/5/15) (grifei)

“Agravo regimental em mandado de segurança. 2. Concurso público. 3. Anulação de questões. Prova objetiva. 4. **Não compete ao Poder Judiciário, no controle da legalidade, substituir a banca examinadora para censurar o conteúdo das questões formuladas.** 5. Precedentes do STF. 6. Agravo regimental a que se nega provimento” (MS 30.144/DF-AgR, Relator o Min. **Gilmar Mendes**, Segunda Turma, DJe de 1/8/11)

A matéria foi reafirmada, ainda, segundo a sistemática da repercussão geral, nos autos do RE nº 632853/CE-RG, sob a seguinte ementa:

“Recurso extraordinário com repercussão geral. 2. Concurso público. Correção de prova. **Não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas.** Precedentes. 3. Excepcionalmente, é permitido ao Judiciário juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no edital do certame. Precedentes. 4. **Recurso extraordinário provido**” (RE 632.853/CE, Relator o Ministro **Gilmar Mendes**, Tribunal Pleno, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe de 29/6/15)

Consoante se observa de suas ementas, a nítida finalidade dos apontados precedentes é impedir que os órgãos de controle



MS 28775 / RJ

(administrativo e judicial) se **substituam à comissão de concurso** na correção das provas. Essa é a **teleologia da jurisprudência aqui formada**.

No caso, todavia, o Conselho Nacional de Justiça procedeu à análise **comparativa** das correções realizadas, não com finalidade de atribuir nova pontuação aos candidatos ou de redefinir os critérios de correção a serem observados, mas **tão somente para verificar a observância à isonomia na correção das provas; verificação que, ademais, só se justificou, no caso, pelos demais elementos indicativos de favorecimento a candidatos**.

Faço essa ressalva para evidenciar a **excepcionalidade do caso**, que tornou, então, possível ao Conselho o exame – **destituído de caráter substitutivo** à banca examinadora – quanto à observância do princípio da isonomia na etapa subjetiva do concurso.

Também não assiste razão aos impetrantes relativamente à alegação de ausência do contraditório e ampla defesa.

É certo que a Jurisprudência desta Corte é farta no sentido de que os procedimentos do CNJ, como de resto todos os demais, hão de obedecer os cânones do contraditório, da ampla defesa e do **due process of law**. Não há como se interferir na esfera jurídica de terceiros sem prévia notificação. A propósito, cito acórdão que serve de paradigma para essa posição:

“CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - ATUAÇÃO - TERMO INICIAL. A atuação fiscalizadora do Conselho Nacional de Justiça não ficou balizada no tempo, considerada a Emenda Constitucional nº 45/2004. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - DEVIDO PROCESSO LEGAL - CONTRADITÓRIO. Envolvida, no processo administrativo, situação constituída no tocante a terceiros, impõe-se a ciência destes para, querendo, apresentarem defesa. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - DEVIDO PROCESSO LEGAL - CIÊNCIA FICTA. A espécie de conhecimento ficto, presente publicação ou edital fixado em setor do Órgão, pressupõe a ciência do processo em curso, surgindo como regra a

**MS 28775 / RJ**

comunicação direta. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - PROCESSO - CIÊNCIA - ARTIGO 98 DO REGIMENTO INTERNO. Desconhecida a existência do processo, mostra-se inconstitucional dispositivo do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça - artigo 98 - prevendo a ciência ficta de quem pode ser alcançado por decisão administrativa. CONCURSO PÚBLICO - NOTÁRIOS E REGISTRADORES - COMISSÃO. Faz-se regular a comissão de concurso com a participação, personificando notários e registradores, da Presidente da entidade de classe, pouco importando seja esta notária ou registradora” (MS nº 25.962, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, Tribunal Pleno, DJe de 20/3/09

Nesse passo, o Regimento Interno do CNJ assegura, em seu art. 94, a notificação dos interessados na discussão travada nos autos de procedimento de controle administrativo. **Vide** o texto regimental:

“Art. 94. O Relator determinará a notificação da autoridade que praticou o ato impugnado e dos eventuais interessados em seus efeitos, no prazo de quinze (15) dias.”

A observância a essa regra ocorreu – isso é fato incontroverso no presente mandamus –, uma vez que, são as afirmações dos impetrantes, foram eles notificados para apresentar defesa no PCA nº 0000110-14.2009.2.22.0000 perante o Conselho Nacional de Justiça.

Não obstante, aduzem que, diante de fatos novos surgidos no curso do procedimento, que foram determinantes para a conclusão adotada pelo Conselho, deveriam ter sido notificados novamente, em obediência ao princípio do contraditório. O entendimento, porém, não encontra guarida legal.

Começo salientando que inexistente previsão regimental no CNJ de repetição de notificações a cada fato novo apurado ou de garantia de razões finais no procedimento de controle administrativo.

De igual modo, não há na lei nº 9.784/99 – Lei do Processo Administrativo, de aplicação subsidiária ao trâmite do PCA (conforme

**MS 28775 / RJ**

art. 97 do RICNJ) – previsão de tal espécie de notificação.

De fato, na Lei nº 9.784/99 consta previsão de alegações finais **apenas** para procedimentos que possam implicar **sanção ou constituam situações de litígio**. Eis o que dispõe seu art. 2º, parágrafo único, X:

“Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

(...)

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio”.

O caso dos autos, todavia, não se refere a tais hipóteses. O procedimento de controle administrativo não tem o condão de gerar, por si, sanções (quando muito, de sua conclusão resulta a abertura de sindicância, como se deu no caso, ou processo administrativo disciplinar), **tampouco corresponde a situação de litígio**. Em verdade, como acentua o art. 91 do Regimento Interno do CNJ, o procedimento de controle administrativo tem por finalidade

“o controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário (...) sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Não se trata, portanto, de processo administrativo com partes litigantes (mas apenas interessadas), porque a apuração travada no bojo do procedimento de controle se dá com a finalidade de averiguação da observância, nos atos dos tribunais, **dos princípios administrativos**

**MS 28775 / RJ**

constitucionais. Trata-se, portanto, de apuração incidente sobre os atos dos tribunais, que, apenas eventualmente, pode atingir interesse de terceiros, sem que os torne, nessa sede, litigantes.

Atente-se, por fim, que é exatamente **por se tratar de procedimento que versa sobre a concordância de ato de tribunal com os princípios constitucionais, que no curso do PCA novas averiguações a respeito da matéria podem ser realizadas**, desde que concernentes ao mesmo objeto (ato) sob apuração. Foi o que se deu no caso.

Do que se observa dos autos, o PCA nº 0000110-14.2009.2.22.0000 versava, desde o princípio, sobre a **nulidade da prova subjetiva**, sob as seguintes alegações:

“a) ausência de divulgação dos critérios de avaliação da prova discursiva e de seu gabarito; b) correção da prova discursiva pela própria Corregedoria do Tribunal e não pela entidade contratada para executar o certame; c) restrições, à vista, à obtenção de cópia e ao recurso das provas discursivas e de títulos; e d) exíguo prazo para interposição de recurso; e e) ausência de previsão editalícia de devolução dos documentos comprobatórios dos títulos aos candidatos, mesmo não aprovados” (fl. 309 dos autos – ato coator).

Da existência da representação, o CNJ determinou a notificação de todos os interessados, tendo o Tribunal de Justiça local promovido a juntada (v. 6 e 7 dos autos) dos comprovantes de notificação.

Posteriormente, no curso do PCA, foi recebida pelo CNJ comunicação de cidadão (fl. 346) de que haveria “relação séria, e de público entre o Desembargador Luiz Zveiter e Flávia Mansur Fernandes” e, mais adiante, de favorecimento também à candidata Heloisa Prestes (fl. 1120 – v. 6).

O CNJ procedeu à apuração da alegação, **tendo, inclusive, havido manifestação espontânea de alguns candidatos quanto à alegada suspeição** (fls. 1211/1218, fls. 1288/1289) e, após a instrução dos autos (com oitiva dessas interessadas (fls. 3366-3370 – v. 14), concluiu o CNJ



MS 28775 / RJ

pela anulação do concurso, por violação dos princípios da isonomia e da moralidade.

Observa-se, desse modo, que o contraditório e a ampla defesa foram assegurados com a notificação inicial de todos os interessados, o que lhes possibilitou, inclusive, o acompanhamento do feito e, se assim desejassem (como de fato foi feito por parte dos candidatos), a apresentação voluntária de suas conclusões quanto às questões surgidas no curso do procedimento.

Não há, portanto, violação do devido processo legal no ato combatido.

De igual modo, afasto as alegações de violação da autonomia dos tribunais.

A jurisprudência desta Corte reconhece aos conselhos instituídos pela EC nº 45/04 a competência para **promover a fiscalização dos atos administrativos dos tribunais a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública, consagrados no art. 37, caput, da Constituição Federal.** Nesse sentido:

“Mandado de segurança. Ato do Conselho Nacional do Ministério Público. Competência reconhecida para fiscalizar os princípios que regem a Administração Pública, consagrados no art. 37, caput, da Constituição Federal. Cessão de servidor público. Ausência dos pressupostos legais objetivos. Prevalência de interesse público sobre o privado. Impropriedade do debate. Impossibilidade de dilação probatória. Segurança indeferida. 1. **Competência do Conselho Nacional do Ministério Público para promover a fiscalização dos princípios constitucionais da Administração Pública, consagrados no art. 37, caput, da Constituição Federal, entre eles o princípio da moralidade, que rege a vedação ao nepotismo.** 2. É inexequível a precisão dos interesses públicos e privados envolvidos, ressaltando-se, ademais, a **obrigatoriedade de o Poder Público pautar seus atos pelo respeito aos princípios da administração pública, em especial, no caso dos autos, aos da legalidade e da impessoalidade (art.**

**MS 28775 / RJ**

37, caput, da CF/88). 3. A edição de atos regulamentares ou vinculantes por autoridade competente para a orientação da atuação dos demais órgãos ou entidades a ela vinculados quanto à configuração do nepotismo não retira a possibilidade de, em cada caso concreto, proceder-se à avaliação das circunstâncias à luz do art. 37, caput, da CF/88. 4. Segurança indeferida” (MS 31.697/DF, Relator o Ministro **Dias Toffoli**, Primeira Turma, DJe de 2/4/14).

“DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. EFETIVAÇÃO DE SUBSTITUTO SEM CONCURSO PÚBLICO. VAGA SURGIDA APÓS A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. 1. O CNJ desconstituiu o Decreto Judiciário que efetivou, sem concurso público, o ora agravante em serventia extrajudicial, não por declarar inconstitucional o art. 208 da Constituição de 1969 (na redação dada pela EC nº 22/1982), mas por constatar que, à época, vigia o art. 236, § 3º, da Constituição de 1988. Não houve, assim, declaração de inconstitucionalidade de norma no ato impugnado. 2. **A revisão da legalidade (em sentido amplo) dos atos dos Tribunais insere-se na competência do Conselho Nacional de Justiça (ex vi do art. 103-B, § 4º, II e III, da CF/1988).** 3. Na vigência da Constituição de 1988, a outorga de qualquer serventia depende de prévia aprovação em concurso público. Jurisprudência pacífica do STF. 4. Agravo regimental a que se nega provimento” (MS 28.278/DF-AgR, Relator o Ministro **Roberto Barroso**, Primeira Turma, DJe de 20/6/16).

Atos dos tribunais praticados no âmbito de concursos públicos **se inserem na esfera administrativa**, matéria para a qual é, portanto, vocacionado o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, § 4º, II, da CF/88:

“§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do

**MS 28775 / RJ**

cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, **cabendo-lhe**, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - **zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário**, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União”.

Nesse passo, ainda sem adentrar no exame do acerto da deliberação combatida, **a anulação de concurso para delegação de serventias extrajudiciais por desconformidade aos princípios da isonomia e da moralidade se insere, em tese, na esfera de controle principiológico sobre os atos dos tribunais pátrios reservada ao CNJ por expressa determinação constitucional (art. 103-B, §4º, II, da CF/88). Por isso não se pode inferir a alegada violação da autonomia do TJRJ, que se encontra administrativamente submetido àquele conselho.**

Afastadas as preliminares, adentro no exame de mérito da questão, salientando, desde o princípio, que, ao contrário do que defendido nas exordiais – e tal como reconheceu esta Corte no julgamento do RE nº 579.951/RN, submetido à sistemática da repercussão geral –, **do princípio constitucional da moralidade emanam, diretamente, obrigações à Administração Pública. Vide ementa do julgado:**

“ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VEDAÇÃO NEPOTISMO. NECESSIDADE DE LEI FORMAL. INEXIGIBILIDADE. PROIBIÇÃO QUE DECORRE DO ART. 37, CAPUT, DA CF. RE PROVIDO EM PARTE.

I - Embora restrita ao âmbito do Judiciário, a Resolução

**MS 28775 / RJ**

7/2005 do Conselho Nacional da Justiça, a prática do nepotismo nos demais Poderes é ilícita.

II - A vedação do nepotismo **não exige a edição de lei formal para coibir a prática.**

III - Proibição que decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

IV - Precedentes.

V - RE conhecido e parcialmente provido para anular a nomeação do servidor, aparentado com agente político, ocupante, de cargo em comissão” (RE 579.951/RN-RG, Relator o Ministro **Ricardo Lewandowski**, Tribunal Pleno, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe de 24/10/08).

Tendo o princípio da moralidade força normativa extraída do próprio texto constitucional, **sua observância pode ser objeto de controle pelo Conselho Nacional de Justiça sem necessidade de regra legal que o densifique**, desde que se possa identificar no ato administrativo descompasso com o ‘núcleo fixo’ do princípio. Como salientado pelo eminente ministro **Gilmar Mendes** nos autos da ADC nº 12/DF,

“[e]ssa moralidade não é elemento do ato administrativo, como ressalta GORDILLO, mas compõe-se dos valores éticos compartilhados culturalmente pela comunidade e que fazem parte, por isso, da ordem jurídica vigente.

A indeterminação semântica dos princípios da moralidade e da impessoalidade não podem ser um obstáculo à determinação da regra de proibição do nepotismo. **Como bem anota GARCÍA DE ENTERRIA, na estrutura de todo conceito indeterminado é identificável um ‘núcleo fixo’ (Begriffkern) ou ‘zona de certeza’, que é configurada por dados prévios e seguros, dos quais pode ser extraída uma regra aplicável ao caso.** A vedação ao nepotismo é regra constitucional que está na zona de certeza dos princípios da moralidade e da impessoalidade”.

Como bem pontuado, ainda, pelo eminente Ministro **Ricardo**

**MS 28775 / RJ**

Lewandowski, Relator do RE nº 579.951/RN-RG, os princípios da moralidade e da impessoalidade “exigem que o agente público paute sua conduta por padrões éticos que têm como fim último lograr a consecução do bem comum”.

No núcleo fixo do princípio da moralidade, em que pese a dificuldade de se delimitarem todas as hipóteses nele inseridas, de certo, reside a **exigência de um padrão ético de conduta administrativa compatível com a função pública exercida e com a finalidade do ato praticado.**

Não é, portanto, a alegação de ausência de densificação do princípio da moralidade apta, por si, a desconstituir o controle pelo CNJ.

Tenho, todavia, que o ato do Conselho merece parcial reparo.

Começo salientando que são de duas ordens as razões pelas quais o CNJ conclui pela necessidade de anulação do certame.

A primeira é relativa à existência de relacionamento pessoal entre o presidente da Comissão de concurso e duas candidatas: uma, classificada em 4º lugar no concurso – com a qual manteve o presidente relacionamento afetivo entre os anos de 2001 a 2007 – outra, classificada em 2º lugar no concurso – com quem manteria o presidente da comissão relação de amizade e a quem teria favorecido, na posição de corregedor local, em designações anteriores para titularidade provisória de serventias extrajudiciais.

De outra ordem é a conclusão pela existência de distorções na correção das provas subjetivas, caracterizadas pela

“discrepância entre as notas atribuídas a respostas que se poderiam considerar igualmente corretas; de outro, a atribuição de notas altas a respostas discrepantes. A correção, tal como realizada, indicia favorecimento a candidatos, em detrimento de outros, de modo a caracterizar grave violação aos princípios da moralidade, isonomia e impessoalidade”.

Entendo que cada deliberação encontra solução jurídica distinta.

**MS 28775 / RJ**

No tocante à situação no concurso das candidatas Flávia Mansur Fernandes e Heloísa Prestes, **vide** a apreciação – e a ponderação valorativa – dos fatos pelo CNJ:

“A RELAÇÃO ENTRE O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO E AS CANDIDATAS FLÁVIA MANSUR E HELOÍSA PRESTES.

41. Alegaram os requerentes, no curso do procedimento, a suspeição do Desembargador LUIZ ZVEITER para presidir o concurso, em razão de seu relacionamento afetivo com a candidata FLÁVIA MANSUR FERNANDES e de amizade íntima com a candidata HELOÍSA PRESTES. Mencionaram que o Desembargador LUIZ ZVEITER e sua então namorada FLAVIA MANSUR figuraram conjuntamente em lista de convidados para casamento realizado no ano de 2006, como destinatários do convite de nº 2545.

42. Perde relevância a controvérsia sobre a veracidade do suposto convite de casamento destinado ao Desembargador LUIZ ZVEITER e a FLÁVIA MANSUR, diante da declaração de ambos sobre a existência do noticiado relacionamento afetivo.

43. A candidata FLÁVIA MANSUR FERNANDES declarou, no depoimento prestado ao relator deste PCA, ter sido namorada do Desembargador LUIZ ZVEITER no período de 2001 a 2007. Disse que apesar de manterem contato após o término da relação, não se comunicaram durante a realização do concurso. O Desembargador LUIZ ZVEITER reconheceu que FLÁVIA MANSUR foi sua namorada, mas esse relacionamento não mais existia na época do mencionado casamento a que se referia o convite que lhes foi dirigido.

44. É incontroverso que a candidata HELOÍSA PRESTES foi designada pelo então Corregedor-Geral Desembargador LUIZ ZVEITER, em 2007, para responder pela 3ª e 4ª Zonas Judiciárias e para compor Comissão de Estudos Extrajudiciais. Em 2008, foi designada para responder pelo 2º Ofício de Notas e Registros de Niterói. Esses fatos foram declarados pela própria HELOÍSA PRESTES, no depoimento prestado ao relator

**MS 28775 / RJ**

deste PCA.

45. HELOÍSA PRESTES também afirmou que conhece o Desembargador LUIZ ZVEITER *"há muito tempo, da Cidade de Niterói, não sabendo precisar a época em que o conheceu"*. A testemunha ALAN JOSÉ DOS SANTOS declarou que a candidata HELOÍSA PRESTES é amiga íntima do Desembargador LUIZ ZVEITER e em diversos momentos e reuniões da ANOREG ela transmitira recados como se fossem do então Corregedor do TJ/RJ. Disse também que o Desembargador LUIZ ZVEITER, quando Corregedor, teria solicitado à ANOREG, por meio de HELOÍSA PRESTES, a desistência de recurso interposto contra ato da Corregedoria, sob pena de revisão dos atos administrativos que envolvessem os diretores da Associação.

46. Embora não sejam muitos os elementos de provas existentes nos autos para reforçarem a afirmação de amizade íntima entre a candidata HELOÍSA PRESTES e o Des. LUIZ ZVEITER, é inegável que ela foi beneficiária de diversos atos de designação praticados pelo então Corregedor-Geral. E é certo que no período em que HELOÍSA PRESTES respondeu pelo 2º Ofício de Notas de Niterói, FLÁVIA MANSUR, namorada ou ex-namorada do Desembargador LUIZ ZVEITER, foi designada sua substituta naquele ofício.

47. A Resolução n. 81/2009 deste CNJ, que dispõe sobre os concursos para outorga de delegações de notas e de registros, determina a aplicação dos artigos 134 e 135 do CPC à comissão examinadora do concurso. Esse ato normativo do CNJ, posterior ao concurso, a ele não se aplica. Contudo a ausência de norma expressa sobre suspeição ou impedimento dos membros da comissão examinadora não impede o controle de legitimidade da sua atuação.

48. É **incompatível com os princípios da impessoalidade e da moralidade** o exercício da presidência de comissão examinadora de concurso do qual participe como candidata a namorada ou ex-namorada do Corregedor-Geral. E o princípio da impessoalidade, conforme ensina Inocêncio Mártires Coelho,



MS 28775 / RJ

'convoca o da igualdade, na medida em que este último postulado impõe aos agentes públicos, em geral, e não apenas ao administrador, medir a todos com o mesmo metro' (Curso de Direito Constitucional, 4ª Edição, Saraiva, p. 883).

49. Há fortes indicações de que houve **parcialidade** na correção das provas, como será mais adiante demonstrado. É importante registrar que os membros da comissão do concurso GUSTAVO SEBASTIÃO LESSA RÀFARE e RENALDO ANDRADE BRUSSIÉRE confirmaram a declaração da testemunha ALAN JOSÉ DOS SANTOS, de que **as questões elaboradas foram entregues**, antes de cada fase do concurso, **com o respectivo gabarito**.

50. Merece registro, ainda, que os membros da comissão GUSTAVO SEBASTIÃO LESSA RÁFARE e RENALDO ANDRADE BRUSSIÉRE recusaram-se a prestar depoimentos no âmbito **do Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para apurar as supostas irregularidades no concurso**. Impetraram e obtiveram ordem de habeas corpus preventivo para que não sofressem condução forçada para prestarem depoimento”.

Tenho que, para rever o ato do Conselho quanto: (i) ao recebimento prévio das provas pelo presidente da comissão de concurso; (ii) à existência de amizade íntima entre o presidente da comissão de concursos e a candidata Heloísa Prestes; e (iii) à conclusão pelos alegados favorecimentos que, na condição de Corregedor de Justiça, o presidente da comissão teria direcionado às candidatas Heloísa Prestes e Flávia Mansur, com a qual manteve relacionamento amoroso por 5 anos, **seria necessária reapreciação das provas constantes dos autos, medida não comportada no bojo de mandado de segurança, consoante jurisprudência consolidada nesta Corte. Vide:**

“AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO HIERÁRQUICO. APRECIAÇÃO. AUTORIDADE

**MS 28775 / RJ**

COATORA. INÉRCIA. ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA IMPETRAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVIABILIDADE EM AÇÃO MANDAMENTAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O pronunciamento da autoridade coatora, materializado pelo arquivamento do recurso hierárquico em razão da modificação do quadro jurídico atinente à questão, enseja a superveniente perda de objeto do mandado de segurança, mormente porque a pretensão cingia-se à determinação de análise do referido recurso. 2. **O mandado de segurança pressupõe a alegação de lesão ou ameaça concreta a direito líquido e certo, o qual deve vir expresso em norma legal, ser manifesto na sua existência e delimitado na sua extensão, mercê da impossibilidade de dilação probatória na via mandamental.** 3. In casu, concomitantemente à perda de objetivo do writ, a aferição do **alegado desvio de função demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios, providência incompatível com o rito da impetração.** 4. Agravo regimental a que se **NEGA PROVIMENTO**” (MS 31.355/DF-AgR, Relator o Ministro **Luiz Fux**, Primeira Turma, DJe de 21/11/16).

Nesses pontos, portanto, tenho que não é possível a esta Corte adentrar em seus exames para reavaliá-los, visto ser inviável, em sede de mandado de segurança, desconstituir a decisão do CNJ de anulação do concurso relativamente às duas candidatas acerca das quais o CNJ concluiu pela existência de indícios de favorecimento no cotejo de todo o conjunto fático probatório.

No que toca, entretanto, à anulação de todo o concurso público, com impacto sobre os demais candidatos, é importante destacar que **não há um único elemento na deliberação do Conselho que trace um liame concreto entre aquela primeira ordem de antijuridicidade (intuito de favorecimento pelo presidente da comissão) e a aprovação dos demais candidatos.**

**MS 28775 / RJ**

Para esses, teria havido – e assim concluiu o CNJ, a partir da análise das respostas de cada candidato às questões – discrepância nos critérios de correção da prova subjetiva, caracterizada pela “discrepância entre as notas atribuídas a respostas que se poderiam considerar igualmente corretas” e pela “atribuição de notas altas a respostas discrepantes”. Observe-se a fundamentação adotada no voto condutor:

“A CORREÇÃO DA PROVA SUBJETIVA E A ALEGAÇÃO DE FAVORECIMENTO A CANDIDATOS.

51. Embora não haja um espelho ou gabarito para correção das questões da prova discursiva do concurso, a análise das provas revela, de um lado, a **discrepância entre as notas atribuídas a respostas** que se poderiam considerar igualmente corretas; **de outro, a atribuição de notas altas a respostas discrepantes.** A correção, tal como realizada, indicia favorecimento a candidatos, em detrimento de outros, de modo a caracterizar grave violação aos princípios da moralidade, isonomia e impessoalidade.

52. Analisemos as questões da prova subjetiva, as respostas oferecidas pelos candidatos e a avaliação que mereceram da Comissão Examinadora. Ressalto não haver necessidade de produção de **prova pericial**, considerando que a apreciação dos temas da prova não dependem de conhecimento técnico alheio à formação jurídica dos membros deste Conselho (CPC artigos 145 e 420).

‘QUESTÃO 1: João e a Sociedade Empresarial Green Agropecuária, esta autorizada a funcionar no Brasil com sede na Argentina, proprietários de duas fazendas contíguas, com superfícies de 15 e 200 hectares, respectivamente, situadas no município de Petrópolis, onde o módulo rural é 10 hectares, procuram sua serventia com a intenção de lavrar escritura pública de compra e venda de 06 hectares da propriedade de João para a Sociedade Empresarial Green, já que esta pretende aumentar a área de sua propriedade e João necessita de numerário para saldar uma dívida decorrente de crédito

**MS 28775 / RJ**

rural junto ao Banco do Brasil. Diante de tal situação, indaga-se:

‘É possível a pretensão de João e da Sociedade Empresarial Green? Justifique.’

53. Tomando-se como referência a resposta do candidato RODRIGO ARAÚJO TEÓPHILO (DOC80), que obteve pontuação máxima na questão, depreende-se que para a banca examinadora seria suficiente que o candidato afirmasse a impossibilidade da pretensão, tendo em vista as disposições da Lei nº 4.504/64 e da Lei nº 5.868/72 que vedam a lavratura escritura de compra e venda de imóveis quando a área remanescente seja inferior à fração mínima de parcelamento (módulo rural), sob pena de responsabilidade do tabelião. Vejamos a resposta do candidato:

‘Merece salientar, ab initio, que o direito notarial é pautado pelos princípios da autoria e responsabilidade, controle da legalidade, imparcialidade, imparcialidade, uni cidade do ato, dever de exercício e conservação. No caso em tela, não é possível a lavratura da escritura de compra e venda já que o Estatuto da Terra (art. 65 L. 4.504/64 c/c Art. 8º, caput, e 3º e 4º da Lei 5.868/72) determina que é vedado ao tabelião, sob pena de responsabilidade, lavrar escritura de compra e venda de imóveis quando a área restante (no caso a área de João) seja inferior à fração máxima de parcelamento consignada no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).’

54. Entretanto, observa-se que outros candidatos que abordaram tais requisitos em suas respostas, além de mencionarem outros aspectos aplicáveis à situação descrita na questão, não obtiveram o mesmo êxito. O candidato RICARDO RAGE FERRO (DOC77), primeiro colocado no certame, além de apresentar abordagem idêntica à de RODRIGO ARAÚJO

**MS 28775 / RJ**

TEÓPHILO, mencionou ainda as condições para aquisição de terras por pessoas jurídicas com sede no exterior e a necessidade de autorização do credor mral para alienação de parte da propriedade do devedor, citando a legislação correspondente. Pela resposta, o candidato RICARDO RAGE FERRO obteve nota 16 (dezesseis).

55. A candidata FLÁVIA MANSUR FERNANDES (DOC68), 2ª colocada no concurso, respondeu à questão mencionando a vedação de lavrar escrituras de que resultem área inferior ao módulo rural. A redação confusa da resposta leva à compreensão de que há equívoco na abordagem, ao enfatizar a proibição de lavrar escritura de área inferior ao módulo rural, esquecendo que a vedação, na hipótese dada, decorre da área remanescente do proprietário alienante ser inferior ao módulo. Aplica-se ao caso a ressalva do artigo 8º, § 4º da Lei n. 5868/72. Apesar disso, a candidata obteve **nota 19** (dezenove). Segue a conclusão contida na resposta da candidata:

‘Sendo assim, não seria possível a lavratura de Escritura de compra e venda, relativa à área de 6 hectares, uma vez que o módulo rural é determinado em 10 hectares, ou seja, a área que constaria na escritura seria menor que a área permitida pelo INCRA.’

56. O favorecimento resta evidente na correção da resposta de HELOÍSA ESTEFAN PRESTES, 3ª colocada, que obteve **nota 15** (quinze) na questão (DOC70).

A candidata não afirma que a impossibilidade da pretensão dá-se em razão da área remanescente ser inferior ao módulo rural, caso fosse celebrado o contrato. Para ela, a impossibilidade decorre da área objeto do contrato (6 ha) ser inferior ao módulo rural. Transcrevo parte da resposta da candidata:

‘(...) por isso ao procurarem minha serventia para lavrar



MS 28775 / RJ

Escritura Pública de compra e venda eu não faria, pois não é possível a pretensão de João e da Sociedade Green, João não pode vender menos do que se é permitido, revertido em módulo, e nem a Sociedade Empresarial pode compra a menor do que é se permitido em Lei, se não estariam ferindo o Estatuto da Terra' e suas demais regulamentações.' [sic]

57. Na resposta da candidata HELOÍSA PRESTES, aprovada em 4º lugar, encontram-se **erros de acentuação, ortografia e pontuação**, além de impropriedade no uso da linguagem técnica, verificada em toda sua prova. Merece destaque a quase **ausência de pontuação** na resposta construída pela candidata. São 27 (vinte e sete) linhas de um período sem pontuação. Os erros gramaticais existentes na redação da resposta da candidata HELOÍSA PRESTES estão bem destacados na petição do candidato MARCELO CLÁUDIO BERNARDES PEREIRA (PET107):

'principio' (sem acento); 'teçm' , 'o que já até ultrapassou de acordo com o Dec. 74.965/74 do que se pode ter de área' (além do erro de regência verbal, houve também erro de pontuação, por não estar entre vírgulas o trecho localizado entre o verbo e o objeto direto); 'deve estar autorizada para ser proprietária de tal área bem mas voltando a questão', 'o que não chegaria nem há 01 módulo'; 'João não pode vender menos do que se é permitido'; 'nem Sociedade Empresarial pode compra a menor do que se é permitido em Lei'.

QUESTÃO 02: O contato anterior do Juiz com provas relevantes para o julgamento de posterior processo penal sob sua competência é causa de invalidade da sentença?

58. Nessa questão, pelas respostas vagas, desprovidas de sentido, as candidatas FLÁVIA MANSUR e HELOÍSA ESTEFAN PRESTES obtiveram, respectivamente, as notas 06

**MS 28775 / RJ**

(seis) e 03 (três).

59. Os erros gramaticais contidos na redação da resposta da candidata HELOÍSA PRESTES estão destacados na petição do candidato MARCELO CLÁUDIO BERNARDES PEREIRA (PET107):

'início' (sem acento); 'declinar-se por impedido ou por Suspeição'; 'Analisando' a matéria'; 'a única prova que o Juiz não poderia ter contato' (erro de regência verbal); 'que, seria relevante, no caso seriam' (erro de pontuação); 'Júri do processo' (sem acento); 'o Juiz deverá buscar ele também aos autos'; 'a Sentença será passiva de ser invalidada'; 'passiva de ser anulada'.

QUESTÃO 03: Daniel adquiriu um imóvel da Construtora Rio Ltda. Posteriormente, com o imóvel quitado junto à empresa construtora e incorporadora, com escritura pública de promessa de compra e venda lavrada em cartório e registrada, sobre o mesmo incidiu uma penhora. O banco que financiou a construção de um edifício executa o crédito hipotecário havido com a construtora-incorporadora, tendo como consequência a penhora do imóvel. Daniel apresentou embargos de terceiro, alegando que se imóvel não poderia responder pela dívida da construtora, junto ao banco financiador da construção. E admissível o penhor do imóvel no caso em tela? Justifique a resposta.

60. A candidata HELOÍSA ESTEFAN PRESTES obteve a pontuação máxima de 20 (vinte) pontos nessa questão, com a seguinte resposta:

'Não, não poderia haver penhora do imóvel no caso em tela. Essa já foi uma discussão muito grande entre os tribunais, no entanto, hoje o entendimento referente a matéria é completamente pacífico, e faz parte da Súmula 308 do STJ, que é clara ao dizer que a dívida contraída da construtora com o banco, seja ela realizada antes ou

**MS 28775 / RJ**

depois da Escritura pública de promessa de compra e venda torna a hipoteca ineficaz ao adquirente. A partir desse entendimento poderei Daniel, ingressar com embargos de terceiro para desconstituir a penhora do seu imóvel, que logrará êxito.'

61. A candidata FLÁVIA MANSUR respondeu à questão dizendo não **ser** cabível a penhora e que esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, contido em súmula cujo número não indicou. A essa resposta a comissão atribuiu a nota **18 (dezoito)**.

62. Outros candidatos ofereceram respostas no mesmo sentido, porém mais densas. **Além de** afirmarem não ser cabível a penhora, conforme o entendimento consolidado na Súmula nº 308 do STJ, fizeram outras abordagens sobre o tema dado.

QUESTÃO 4: Disserte sobre a teoria da 'relativização da coisa julgada', recorrendo sobre sua aplicação nos Tribunais e delineando as posições doutrinárias sobre o tema.

63. Observa-se que o enunciado da questão exige do candidato uma resposta que delimite as posições doutrinárias a respeito do tema (relativização da coisa julgada) e discorra sobre a aplicação nos tribunais. A resposta da candidata CAROLINA RODRIGUES DA SILVA, 3ª colocada no certame, contém abordagem sobre as posições doutrinárias acerca do tema, sobre a ponderação dos princípios incidentes na questão, referindo-se também à jurisprudência. A resposta mereceu a nota máxima de 20 (vinte) pontos (DOC65).

64. Considerando-se o enunciado da questão, é válido supor que a resposta omissa quanto às posições doutrinárias acerca do tema não deveria merecer a nota máxima. Entretanto, não é o que se observa na correção da prova de FLÁVIA MANSUR FERNANDES. A candidata não menciona as posições doutrinárias acerca da matéria, limitando-se a indicar os princípios em que estaria baseada a teoria da relativização da coisa julgada (legalidade, proporcionalidade e



MS 28775 / RJ

instrumentalidade). A resposta também não menciona a ponderação entre segurança jurídica e os demais princípios constitucionais que envolvem a discussão sobre o tema e não se refere aos instrumentos processuais utilizados para a revisão da coisa julgada, como o fizeram outros candidatos. Apesar disso, a candidata FLÁVIA MANSUR obteve nota máxima na avaliação (20 pontos).

65. Também obteve nota máxima (20 pontos) a candidata HELOÍSA PRESTES, embora a sua resposta ostente erros gramaticais e revele pouco domínio da língua portuguesa. Novamente transcrevo da petição do candidato MARCELO CLÁUDIO (PET107) os erros encontrados na resposta da candidata HELOÍSA PRESTES à questão quatro:

'análize'; 'imutabilidade da decisão transitada e julgada' (em lugar de 'transitada em julgado'); 'Evitou assim, o legislador que' (erro de pontuação); 'o próprio legislador deu flexibilidade a coisa julgada' (erro de crase); 'existe o teste de DNA, que promove ao julgador a probabilidade, a certeza ou não da paternidade' (texto incoerente); 'O Superior Tribunal de Justiça vem se inclinando a aplicação da teoria' (erro de pontuação e de regência verbal); 'uma vez que o STL está sempre vizando' (erro de pontuação e de ortografia); 'atento as mudanças e a evolução do tempo'; 'relativizar nada mais e que' (sem acento); 'talvez concertar um justo'; 'que na época por falta da evolução levou o julgador' (erro de pontuação); 'No entanto há opositores indignados com esse posicionamento, entendem eles' (vírgula em lugar de ponto); 'a desconstituição da coisa julgada sem a ação rescisória, seria o mesmo' (erro de pontuação);

QUESTÃO 05: Caio, aprovado em concurso público para oficial de justiça, e ainda dentro do prazo de validade do concurso, ingressa com mandato de segurança postulando sua nomeação ao cargo de Oficial de Justiça. O edital do concurso

MS 28775 / RJ

previa 98 vagas e ele foi classificado em 65º Lugar. Pergunta-se: a pretensão de Caio encontra respaldo na jurisprudência e na doutrina nacional?

66. A resposta correta a essa questão estaria em afirmar, em síntese, que a despeito da orientação tradicional na doutrina e na jurisprudência de que o candidato aprovado possui mera expectativa de direito à nomeação, prevalece hoje o entendimento de que os aprovados dentro do número de vagas possuem direito subjetivo à nomeação.

67. A candidata CAROLINA RODRIGUES DA SILVA, ao formular resposta seguindo a orientação acima referida, obteve avaliação de **19 pontos**. A candidata HELOÍSA PRESTES respondeu que a matéria é ainda controversa, afirmando que *'não se sabe se o candidato tem direito a nomeação ou mera expectativa de direito'*. Disse que *'a pretensão de Caio encontra respaldo sim, desde que seja 'respeitada a ordem de classificação e ele possa comprovar de que a sua vaga foi preenchida por terceirizados ou então passaram candidatos abaixo da sua classificação a sua nomeação será procedente, ou então iremos esperar por mais um entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal)'*.

68. Com essa resposta, em descompasso com a orientação jurisprudencial que ora prevalece, a candidata HELOÍSA obteve a **nota 13** (treze). Por outro lado, o candidato LEONARDO MONGORES VIEIRA, 10º colocado (DOC72), que ofereceu resposta adequada, segundo o novo entendimento jurisprudencial, obteve **nota 06** (seis). Também com uma resposta razoavelmente adequada, que menciona a orientação tradicional bem como precedente do STJ no sentido de afirmar que o candidato aprovado dentro do número de vagas tem direito subjetivo à nomeação, o candidato RODRIGO ESPERANÇA BORBA obteve **nota ZERO**.

69. Apesar da inexistência de gabarito oficial, não há justificativa para a diferença nas notas atribuídas. Também na resposta a essa questão a candidata HELOÍSA PRESTES cometeu vários erros de gramática. Vejamos (PET 107):

QUESTÃO 5: **'trata-se de matéria'** (início de frase com



MS 28775 / RJ

letra minúscula); 'vizando'; 'assim de acordo com a Súmula 15 do STF, que o candidato deve ser nomeado'; "Houveram já várias decisões"; 'havam vagas'; 'também já tiverão decisões'; 'ele possa comprovar de que sua vaga'."

Comparadas as respostas e feitas as respectivas correções das provas subjetivas, concluiu o Conselho:

"70. Conforme já salientado, é **incompatível com os princípios da moralidade e da impessoalidade a participação do Corregedor-Geral de Justiça** como presidente da Comissão Examinadora de concurso público para atividades notariais e/ou registrais, do qual participe como candidata a sua namorada. Considero não ter relevância, para fins de proteção da necessária imparcialidade, o afirmado fim do namoro que teria durado, segundo declarou FLÁVIA MANSUR, de 2001 a 2007.

71. A anulação do concurso é medida que se impõe diante das evidências de favorecimento às candidatas FLÁVIA MANSUR E HELOÍSA PRESTES, esta última amiga do Corregedor-Geral do TJ/RJ e beneficiária de diversas indicações anteriores para responder por rentáveis serventias extrajudiciais e para integrar comissões instituídas pela Corregedoria.

72. A convicção a que cheguei, fundada em muitas evidências de quebra da isonomia, com o favorecimento às candidatas mencionadas, não me permite propor outra solução para o caso senão a anulação de todo o concurso.

73. É oportuno lembrar que no julgamento conjunto dos PCAs N. 371, 382 e 397, este Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, invalidou o XVIII Concurso para ingresso na magistratura do Estado de Rondônia, ao fundamento de que configura afronta ao princípio da impessoalidade a participação de Desembargadores na comissão de um concurso no qual suas assessoras eram candidatas. O STF, por maioria de votos, no MS 26700 (julg. 25.8.2008), desconstituiu a decisão do CNJ. Segundo

**MS 28775 / RJ**

o voto do relator Ministro Ricardo Lewandowski, a decisão do CNJ estaria fundada em mera presunção de má-fé, vez que não teria sido constatada nenhuma irregularidade que autorizasse conclusão de favorecimento a candidatos.

Diversa é a situação do caso presente. Além da participação do Corregedor-Geral do TJ/RJ como presidente da Comissão Examinadora, há demonstração suficiente de que houve, na correção das provas subjetivas, favorecimento às candidatas FLAVIA MANSUR E HELOÍSA PRESTES. A primeira namorada ou ex-namorada do Corregedor-Geral. A segunda, amiga e beneficiária de diversas indicações para responder por rentáveis serventias extrajudiciais e para integrar comissões instituídas pela Corregedoria. 75. Merece ser transcrita a conclusão do voto divergente do Ministro Marco Aurélio no caso mencionado (STF, MS 26700):

‘Subscrevo, ocupando esta cadeira, o que assentado pelo Conselho Nacional de Justiça e receio que conclusão diversa do Supremo acabe por tornar regra o que para mim até aqui era exceção, e exceção condenável, ou seja, a participação de examinadoras, em concurso, mesmo considerada a existência de candidatos a eles ligados.’

76. A alegação de que os requerentes divulgaram as provas em sítio da rede mundial de computadores não constitui causa aplicação de multa por litigância de má-fé.

77. Em face do exposto, **julgo procedente** o pedido formulado neste procedimento de controle administrativo para **anular** o XLI Concurso Público para Admissão nas Atividades Notariais e/ou Registrais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Determino a **remessa de cópias dos autos à Corregedoria Nacional de Justiça**, para a devida apuração de responsabilidade dos membros do Judiciário que integraram a Comissão Examinadora do concurso.”

Entendo, não obstante o extenso exame realizado pelo CNJ sobre as

**MS 28775 / RJ**

provas subjetivas do concurso, que a percepção de que as provas foram corrigidas com distorções e **sem qualquer indicativo de favorecimento direcionado a qualquer dos demais candidatos** é, por si, insuficiente para justificar a anulação de todo o concurso público.

Não se pode partir **tão somente** de presunções incidentes sobre ato de nítido caráter subjetivo (correção de provas discursivas) para concluir pelo favorecimento de candidatos, devendo haver indícios outros a corroborar a conclusão. Admitir-se o contrário seria transformar as etapas dotadas de algum nível de subjetividade em concursos públicos em fases de incerteza, sujeitas a constantes anulações, com nítido prejuízo à segurança jurídica, a qual deve pautar tal espécie de certame.

Saliente-se que, no caso dos autos, quando da prolação do julgado do Conselho, já havia a divulgação da lista dos candidatos aprovados, **com assunção, inclusive, da titularidade das respectivas serventias, o que torna ainda mais imperiosa a necessidade de critérios objetivos na decisão de anulação do concurso, ante a existência clara de interesses e posições jurídicas.**

Não havendo outro indicativo de favorecimento aos candidatos (ou de liame concreto entre os indícios apurados pelo Conselho relativamente a duas específicas candidatas), é de se reconhecer a anulação do respectivo concurso relativamente àqueles candidatos como violadora do primado da segurança jurídica.

Pelo exposto, voto por se conceder a ordem no MS nº 28.797 e por se conceder parcialmente a ordem no MS nº 28.775 e no MS nº 28.777, tão somente para desconstituir a deliberação do CNJ de anulação de todo o concurso, mantendo-se a anulação, ante a impossibilidade de reapreciação da decisão do Conselho nesse ponto, apenas no que respeita às candidatas Heloísa Prestes e Flávia Mansur.

É como voto.



17/10/2017

SEGUNDA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 28.775 RIO DE JANEIRO

ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Eu mantenho hígida a decisão do Conselho Nacional de Justiça quanto às candidatas aprovadas em segundo e quarto lugares.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Presidente): Em relação a Heloísa Prestes e a Flávia Mansur?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Exato, exato. Entretanto, não anulo todo o certame. Quer dizer, eu não confirmo, melhor dizendo, a anulação de todo o certame realizado pelo CNJ. E como houve a liminar deferida pelo Ministro **Ricardo Lewandowski**, essas serventias estão ocupadas por esses candidatos já admitidos há muitos anos.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Eminentíssimo Relator, não me recordo bem, porque foram tantas as liminares, eu creio que até - não, não foi na Presidência que eu concedi -; eu, normalmente, nesses casos, libero os concursos, na parte incontroversa, e concedo a liminar, apenas com relação à parte controvertida. Penso que deva ter sido essa a minha liminar no caso.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Exatamente, exatamente.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Ou seja, aqueles candidatos sobre os quais não pairava nenhuma suspeita, nenhuma dúvida, assumiram os cargos nas serventias respectivas, e remanesce, então, apenas a questão quanto a essas duas candidatas. É isso?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Não. O CNJ anulou todo o concurso.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Eu, na



MS 28775 / RJ

minha liminar, liberei aqueles com relação aos quais não havia nenhuma dúvida e...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

É a grande maioria.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Que é a grande maioria. E apenas esses dois é que ficamos de examinar mais profundamente, como Vossa Excelência agora está fazendo, não é isso?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Isso. Exatamente.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Muito obrigado!

**17/10/2017****SEGUNDA TURMA****MANDADO DE SEGURANÇA 28.775 RIO DE JANEIRO****ANTECIPAÇÃO AO VOTO****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Senhor Presidente, acabamos de ser brindados com três excelentes sustentações orais, muito fidedignas aos fatos complexos que estamos aqui a analisar e a julgar: Dr. Alde Costa, realmente com lealdade, relembrou - e verifiquei estar em meu relatório - que a liminar proferida pelo Ministro **Ricardo Lewandowski** foi para suspender os efeitos da decisão prolatada, ou seja, toda a decisão do Conselho Nacional de Justiça foi suspensa, realmente. Dr. Eduardo Ferrão, sempre com sua capacidade brilhante, sua intelectualidade e sua vasta cultura, agrega-nos sempre magníficas lições. Dr. Barbosa Moreira, que fez questão de assinalar essa prática que eu tenho tido de adiantar o posicionamento, mesmo de uma maneira resumida, porque realmente penso que isso faz fluir, de modo mais rápido e mais objetivo, a sessão de julgamentos.

Pois bem. Dito tudo isso, meu voto inicia-se, exatamente, por um ponto, que foi o ponto em que mais insistiu o Dr. Eduardo Ferrão: a competência ou não do Conselho Nacional de Justiça para adentrar na correção das provas.



17/10/2017

SEGUNDA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 28.775 RIO DE JANEIRO

ANTECIPAÇÃO AO VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, estou de posse da decisão que proferi nesse processo, em sede de liminar, uma liminar longa, inusitada, de cerca de dezesseis laudas. Eu começo cumprimentando os nobres advogados, especialmente o doutor Ferrão, porque nos traz uma reflexão muito importante sobre a possibilidade de o homem conhecer ou não a realidade, o mundo circundante, que é uma dúvida que vem desde dos pré-socráticos. E, interessantemente, perdoem-me essa rapidíssima digressão, na fase dos pré-socráticos, dois filósofos então na pré-filosofia, digamos assim, destacaram-se. De um lado, Heráclito, que dizia que tudo era mutável, tudo era cambiante, portanto, não se poderia conhecer a realidade senão em seu de vir. E, no campo oposto, Parmênides, que dizia que o ser era único, imutável, e, portanto, cognoscível de plano.

Essa discussão atravessou séculos, e o Doutor Ferrão nos traz à lembrança três grandes intelectuais, filósofos, contemporâneos, que se debruçaram sobre o tema. Primeiro, Wittgenstein; depois, Gadamer; e, finalmente, Foucault, conhecido por seu livro que tive oportunidade de ler, "*Le Mots et les Choses*". Os três, demonstrando que a retórica, em si, não tem valor para conhecimento da realidade, a não ser que esteja amparada por regras lógicas muito estritas.

É um debate extremamente interessante. A retórica, em si, é mera argumentação, é mera tópica, se não for amparada pela lógica. E a retórica para corresponder a realidade precisa ter um arcabouço minimamente, digamos assim, científico, no sentido *lato* da palavra.

Eu vou ousar divergir do belíssimo e profundo voto do eminente Ministro Dias Toffoli. E o faço aqui, um pouco de improviso, lembrando o que alegou o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em suma, no que tange ao *habeas corpus* em questão.

Primeiramente, o Tribunal de Justiça do Rio alega que o Conselho

**MS 28775 / RJ**

Nacional de Justiça extrapolou as competências constitucionais porque teria havido ou teria procedido uma correção das provas, valendo-se de critérios subjetivos de julgamento, ao passo que apenas o controle de legalidade é admitido.

Eu fui presidente do Conselho Nacional de Justiça, durante dois anos, eu - não raras vezes - tive que fazer uma correção de rumos, insistindo no sentido de que o papel do CNJ era apenas verificar se havia uma correspondência entre o edital e aquilo que se exigia dos candidatos, ou seja, as questões. Não era possível a esse Conselho, na sua competência de controle administrativo, substituir-se ao examinador, seja nos concursos para o provimento de cargos em cartórios, seja em outros concursos para provimento de cargos de juízes ou de servidores do Poder Judiciário.

Outro argumento relevante do TJ do Rio Janeiro - e também, aqui, levanto essas questões de improviso - diz respeito à ausência do contraditório e da ampla defesa, pois, não obstante tenham sido os concursados notificados acerca das imputações inicialmente postas no procedimento de controle administrativo, ao longo do feito, teria havido - e houve de fato - um aditamento ao requerimento inicial com acréscimo de novas causas de pedir que, ao final, constituíram-se os fundamentos únicos do ato combatido, mesmo sem nova notificação dos interessados para que sobre eles se manifestassem.

Portanto, primeiro argumento, extrapolação das competências do Conselho Nacional de Justiça; segundo, ausência do contraditório e, portanto, ofensa ao devido processo legal; terceiro argumento, que considero relevante e pinço da inicial, "inveracidade de fundamentação adotada no julgado, relativo ao favorecimento de candidatos pela prévia entrega ao Presidente da Comissão das provas e respectivos gabaritos, pois, consoante o próprio ato coator teria reconhecido, não existiu espelho ou gabarito para correção da prova discursiva, juntamente com a prova sobre a qual se deu a conclusão de fortes indicações de parcialidade". Então, o próprio CNJ entendeu que não houve gabarito, não houve nenhuma possibilidade de adiantarem-se, enfim, as questões aos

**MS 28775 / RJ**

candidatos. E, aqui, outro argumento: O ato coator teria se valido de conjecturas acerca, primeiro, da suspeição do Presidente da Comissão, mesmo sem regra expressa contra a sua suspeição, na hipótese fática dos autos - um ex-relacionamento com uma das candidatas -, da má-fé de todos os membros da banca examinadora, já que foram estes que corrigiram todas as provas discursivas, do uso de influência do Presidente da Comissão sobre os membros da banca examinadora e da ocorrência de fraude no sistema de desidentificação das provas; e ainda que existisse a regra de impedimento do Presidente da Comissão - diz o TJ -, seria ela irrelevante, no caso, uma vez que não houve, absolutamente, nenhuma participação do Presidente da Comissão de Concurso na atividade de correção das provas. E, quanto à violação do contraditório, eu já disse, já fiz alusão, mas o TJ do Rio insiste nesse aspecto, dizendo o seguinte: A pretensão inicial dos ora impetrantes, ao instar o Conselho Nacional de Justiça, era apenas a anulação da prova subjetiva, não obstante o Conselho, no curso do procedimento, por tomar conhecimento de relação afetiva entre o Desembargador, Presidente da Comissão de Concurso, Luiz Zveiter, e a candidata do certame Flávia Mansur Fernandes e de possível favorecimento da sua aprovação e aprovação de outras duas candidatas, deliberou, sem nova oitiva de seus candidatos, diretamente interessados, pela anulação dos certames. Finalmente, o CNJ teria exorbitado do seu poder, ao proceder à indevida reavaliação das provas, atribuídas pela banca examinadora aos vários candidatos.

Então, aqui, como já foi dito da tribuna, houve exatamente isso. No momento posterior à instauração do PAD, do processo administrativo disciplinar, veio a notícia de que o ex-Corregedor e ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro teria um relacionamento, de um lado, afetivo, com uma das candidatas, e, de outro lado, um relacionamento de amizade com outra candidata.

A partir disso, o que fez o Conselho Nacional de Justiça? Pinçou daquelas centenas ou mais do que uma centena de provas as duas provas das candidatas que teriam uma relação mais próxima com o Corregedor à

**MS 28775 / RJ**

época e começou a fazer um exame subjetivo dessas provas, exame esse que já tinha sido procedido por parte da Comissão examinadora.

O digno Relator, com o conhecimento jurídico que tem e com, enfim, a contribuição que tem dado sempre objetiva, positiva, aos julgamentos desta Corte, com toda a lealdade, observou o seguinte no seu voto - realmente diz Sua Excelência, baseado no Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça:

“Art. 94. O Relator determinará a notificação da autoridade que praticou o ato impugnado e dos eventuais interessados em seus efeitos, no prazo de quinze (15) dias”.

E, diz Sua Excelência o Relator:

"A observância a essa regra ocorreu – e isso é fato incontroverso no presente *mandamus* – uma vez que, são as afirmações dos impetrantes, foram eles notificados para apresentar defesa no PCA nº 0000110-14.2009.2.22.0000 perante o Conselho Nacional de Justiça."

No entanto, afirma Sua Excelência:

"Inexiste previsão regimental, no CNJ, de repetição de notificações a cada fato novo apurado ou de garantia das razões finais do procedimento de controle administrativo".

De igual modo, diz Sua Excelência, que não há, na Lei 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo da União -, nenhuma obrigação de uma nova notificação.

Ocorre que, no caso, a imputação inicial foi totalmente alterada em meio ao PAD. E aí não se ouviu novamente as interessadas, para indagar-lhes sobre essa relação mais íntima com o então presidente da Comissão de Concurso.

Sua Excelência também, com a lealdade que lhe é característica, o Ministro Dias Toffoli...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Elas foram ouvidas, no procedimento.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Foram ouvidas no início, mas depois houve uma mudança da imputação.

E, aí, Vossa Excelência, Ministro-Relator, afirma, com muita correção,

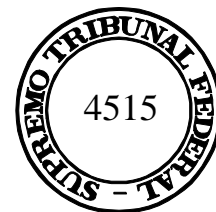


MS 28775 / RJ

que não é possível, em sede de *habeas corpus*, perquirir o seguinte: Quanto ao recebimento prévio das provas pelo presidente da Comissão de Concurso - isso o próprio CNJ já havia afastado -; também não é possível perquirir, no âmbito do *mandamus*, quanto à existência da amizade íntima entre presidente da Comissão de Concurso e a candidata Heloísa Prestes; também não é possível fazer nenhuma indagação quanto à conclusão, pelos alegados favorecidos, de que, na condição de Corregedor de Justiça, o presidente da Comissão teria direcionado as candidatas Heloísa Prestes e Flávia Mansur, com a qual manteve um relacionamento amoroso por cinco anos, seria necessária, para tudo isso, a reapreciação das provas constantes dos autos, medida não comportada no bojo de mandado de segurança, consoante a jurisprudência consolidada desta Corte. Então, não é possível examinar, no mandado de segurança, se houve ou não o recebimento prévio das provas pelo presidente da Comissão; não é possível verificar a existência da amizade íntima entre o presidente da Comissão de Concurso e a candidata Heloísa Prestes; bem assim não é possível examinar, nesse mandado de segurança, qualquer relacionamento mais íntimo entre Heloísa Prestes e Flávia Mansur com o então Corregedor e presidente da Comissão.

Bom, então o que fez o Conselho Nacional de Justiça? O CNJ, a partir de uma segunda denúncia - e digo, desde logo, que todos nós sabemos que o ex-Corregedor e ex-Presidente é uma figura relativamente controvertida, no Rio de Janeiro e, quiçá, aqui em Brasília, não entro nesse mérito -, houve então uma segunda denúncia - e denúncia, inclusive, de pessoas interessadas no resultado do concurso que não foram aprovadas.

Eu, em um primeiro momento, imaginei que a minha solução, na liminar, teria sido: Preservar a aprovação de todos os nomeados, com exceção destas duas, que teriam relacionamento mais próximo com o então Corregedor. Então, no meu voto - revejo aqui -, da medida liminar, eu, neste caso, passo pelas competências do Conselho Nacional de Justiça que estão na Constituição, e disse o seguinte: Ao examinar a decisão que se ataca no presente *mandamus*, verifico que dois são os principais argumentos utilizados pelo CNJ para fundamentar a anulação de todo o

**MS 28775 / RJ**

concurso público. Primeiro, incompatibilidade com os princípios da moralidade e impessoalidade da participação do Corregedor-Geral de Justiça à época como presidente da comissão examinadora do concurso.

"[i] incompatibilidade com os princípios da moralidade e da impessoalidade da participação do Corregedor-Geral de Justiça à época, como presidente da comissão examinadora de concurso público para atividades notariais e/ou registrais, do qual participaram como candidatas pessoas com quem mantivera relacionamento afetivo" (...).

E o segundo fundamento foi o seguinte:

"evidências de quebra de isonomia, com o favorecimento das referidas candidatas - o que se concluiu pela análise das respostas oferecidas a questões de algumas provas subjetivas e das notas a elas atribuídas".

Então, como é que o Conselho Nacional de Justiça chegou à conclusão de que elas foram favorecidas? Em função da denúncia superveniente de que elas teriam um relacionamento mais próximo com então Corregedor-Geral da Justiça e presidente da Comissão, simplesmente reexaminando as provas, revalorando as provas, que já foram valoradas a seu devido tempo pela comissão examinadora.

E aí disse eu então na minha liminar:

"Pois bem. Observo, a princípio, não estar inserido no rol de competências constitucionais daquele Conselho comando que autorize o exame do conteúdo de questões formuladas em provas de concursos públicos, bem como a avaliação de seus critérios de correção, fato, inclusive, reconhecido pela própria decisão, *verbis*:"

Disse o Conselho Nacional de Justiça na sua decisão:

"É sabido que a jurisprudência do STF tem reafirmado a orientação, aplicável ao CNJ, no sentido de não caber ao Judiciário substituir a comissão de concurso na valoração do conteúdo das questões formuladas e dos critérios de correção das provas (...)"

Agora, digo eu:

"Ademais, ainda que se admitisse afronta aos princípios

MS 28775 / RJ

constitucionais invocados, essa circunstância, à primeira vista," - os princípios constitucionais invocados são o princípio da moralidade etc. - "não teria o condão de contaminar o certame relativamente aos outros 144 (cento e quarenta e quatro) candidatos que lograram aprovação no final do concurso".

Então, esses eu já, desde logo, considereei a salvo desta medida do CNJ, porque a imputação se deu apenas com relação a duas candidatas.

Agora, continuei eu, na minha decisão liminar:

"Já no que se refere às duas candidatas aprovadas, supostamente beneficiadas, não é possível afirmar, desde logo, ou seja, *ictu oculi*, a existência de irregularidade ou favorecimento a ensejar a medida extrema adotada pelo CNJ, que entendeu haver "fortes indicações de parcialidade", sem, contudo, demonstrar as "evidências de favorecimento" que justificaram anulação de todo o concurso.

Ressalte-se que, nos termos da Constituição Federal, a participação em concurso público constitui direito assegurado a todos, desde que atendidos os requisitos legais.

Independentemente da amizade ou não que se tenha - e aí acabam de citar um acórdão nosso no concurso de Rondônia -, o fato de alguém ter trabalhado com algum Desembargador ou ter amizade, isso não impede que um brasileiro, nos termos da Constituição, ou uma brasileira participe de algum concurso.

Continuava eu, na minha liminar, dizendo o seguinte:

"Não fosse o bastante, em uma análise perfunctória dos autos, penso que a ausência de oportunidade" - isso agora se revelou com clareza - "de manifestação aos interessados na apuração das supostas irregularidades do concurso sobre novas" - novas, novas, novas; insisto - "evidências apresentadas no bojo do procedimento perante o CNJ viola, em tese," - agora, digo, com o devido respeito, Ministro Toffoli - "a garantia do *due process of law*."

Conforme se depreende da própria decisão do Plenário daquele órgão, houve alteração substancial do objeto de apuração do procedimento administrativo a partir das informações juntadas pelo Sr. Gilberto Domingues, ganhando seu conteúdo, inclusive, relevância para a

**MS 28775 / RJ**

orientação e fundamentação da decisão de anulação total do certame, sem que aqueles fossem novamente ouvidos.

Por fim, não se pode ignorar, ainda, o fato de que os candidatos aprovados no concurso em tela já ocupavam as serventias para as quais foram designados há mais de um ano da decisão de anulação do concurso e da determinação da realização de um novo, tendo já praticado inúmeros atos inerentes ao seu mister.

E assim vai. Portanto, eu concedi a liminar, contrariamente ao que faço habitualmente, para, inclusive, incluir, para abrigar, as duas candidatas, alvo de uma contestação um pouco mais incisiva.

Então, Ministro Dias Toffoli, mais uma vez, prestando as minhas homenagens ao profundo estudo que Vossa Excelência fez - e quase que me inclino a acompanhá-lo -, mas tendo em conta este fato que o Conselho Nacional de Justiça concluiu por um vício nesse concurso meramente reanalisando as provas dessas duas candidatas e, em tese, chegando a essa conclusão, a partir não sei de que critérios, também critérios subjetivos - porque os critérios de correção de prova são sempre subjetivos -, eu deferi a liminar, e, agora, concedo a ordem; e também por outro motivo, porque, em função de uma imputação superveniente, as candidatas não foram ouvidas para se defender adequadamente. E, logo, entendo que aí foi vulnerado o *due process of law*. Por essa razão, também concedo a ordem. As demais questões não podem ser examinadas aqui: Se houve de fato esse relacionamento; se houve - e o próprio, insisto nisso, CNJ refutou a prévia entrega do gabarito e das provas do gabarito ao presidente da comissão.

De maneira que, por essas singelas razões, e peço escusas por um voto um tanto quanto atabalhado, porque o faço de improviso, eu concedo integralmente a ordem. E, caso eventualmente seja vencido, eminente Decano, eminentes Colegas, creio que talvez devêssemos formular até uma modulação, porque a minha decisão foi de 2010, e essas candidatas certamente já estão no exercício do cargo há muito tempo - mais de sete anos; quer dizer, àquela época, já estava há um ano, portanto, há oito anos -, devem ter praticado uma série de atos; e esses



MS 28775 / RJ

atos, enfim, devem ser, a meu ver, com devido respeito pelas opiniões em contrário, convalidados, até pela teoria administrativa do servidor de fato.

Esse é meu voto, Senhor Presidente, e prestando, mais uma vez, minhas homenagens, meus respeitos ao Relator.



17/10/2017

SEGUNDA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 28.775 RIO DE JANEIRO

VOTO

O Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** (Relator):

Bem examinados os autos, entendo que estão presentes os requisitos ensejadores da concessão da ordem.

Com efeito, a Constituição Federal dispõe no art. 103-B, que

“[...]”

§4º - Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – **zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, [...]**” (grifei).

Ao examinar a decisão que se ataca no presente *mandamus*, verifico que dois são os principais argumentos utilizados pelo Conselho Nacional de Justiça para fundamentar a anulação de todo o concurso público: (i) incompatibilidade com os princípios da moralidade e da impessoalidade da participação do Corregedor-Geral de Justiça à época, como Presidente da Comissão Examinadora de concurso público para atividades notariais e/ou registrais, do qual participaram como candidatas pessoas com quem mantivera relacionamento afetivo – visto que “a candidata Flavia Mansur

**MS 28775 / RJ**

Fernandes declarou, no depoimento prestado ao relator deste PCA, ter sido namorada do Desembargador Luiz Zveiter no período de 2001 a 2007” (fl. 112) e “embora não sejam muitos os elementos de provas existentes nos autos para reforçarem a afirmação de amizade íntima entre a candidata Heloisa Prestes e o Des., Luiz Zveiter, é inegável que ela foi beneficiária de diversos atos de designação praticados pelo então Corregedor-Geral” (fls. 112-113); e (ii) evidências de quebra de isonomia, com o favorecimento das referidas candidatas – o que se concluiu pela análise das respostas oferecidas a questões de algumas provas subjetivas e das notas a elas atribuídas.

Pois bem. Observo, na linha do que já decidi em liminar anteriormente deferida nestes autos, que, a princípio, não está inserido no rol de competências constitucionais daquele Conselho comando que autorize o exame do conteúdo de questões formuladas em provas de concursos públicos, bem como a avaliação de seus critérios de correção, fato, inclusive, reconhecido pela própria decisão, *verbis*:

“[...]

É sabido que a jurisprudência do STF tem reafirmado a orientação, aplicável ao CNJ, no sentido de não caber ao Judiciário substituir a comissão de concurso na valoração do conteúdo das questões formuladas e dos critérios de correção das provas”.

Ocorre que, posteriormente à instauração do Procedimento de Controle Administrativo - PCA, veio a notícia de que o ex-Corregedor e ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ, Desembargador Luiz Zveiter, teria, de um lado, um relacionamento afetivo com uma das candidatas, Flávia Mansur Fernandes e, de outro lado, um relacionamento de amizade com outra candidata, Heloisa Prestes.

A partir disso, o que fez o Conselho Nacional de Justiça? Pinçou daquelas centenas ou mais do que uma centena de provas, as duas provas

**MS 28775 / RJ**

das candidatas que teriam uma relação mais próxima com o Corregedor à época e começou a fazer um exame subjetivo delas, exame esse que já tinha sido procedido por parte da Comissão Examinadora, concluindo que,

“[...] embora não haja um espelho ou gabarito para correção das questões da prova discursiva do concurso, **a análise das provas revela, de um lado, a discrepância entre as notas atribuídas a respostas que se poderiam considerar igualmente corretas; de outro, a atribuição de notas altas a respostas discrepantes**” (grifei).

Com efeito, o voto condutor, ao examinar as respostas das candidatas, reviu os critérios adotados pela Banca Examinadora, situação vedada pela pacífica jurisprudência desta Corte. Nesse sentido, confira-se a ementa do RE 632.853-RG/CE, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes:

“Recurso extraordinário com repercussão geral. 2. Concurso público. Correção de prova. **Não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas.** Precedentes. 3. Excepcionalmente, é permitido ao Judiciário juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no edital do certame. Precedentes. 4. Recurso extraordinário provido” (grifei).

Ademais, no que se refere às duas candidatas aprovadas, supostamente beneficiadas, não é possível afirmar, desde logo, ou seja, *ictu oculi*, a existência de irregularidade ou favorecimento a ensejar a medida extrema adotada pelo CNJ, que entendeu haver “fortes indicações de parcialidade”, sem, contudo, demonstrar as “evidências de favorecimento” que justificaram a anulação de todo o concurso.

Não se deve olvidar, por derradeiro, que a Constituição de 1988 assegura participação de todos em concursos públicos, direito subjetivo

**MS 28775 / RJ**

assegurado aos cidadãos, em geral, desde que atendidos os requisitos legais, não importando eventual parentesco com integrantes do órgão ou entidade que realiza o certame.

Não fosse o bastante, entendo que a ausência de oportunidade de manifestação aos interessados na apuração das supostas irregularidades do concurso sobre novas evidências apresentadas no bojo do procedimento perante o CNJ viola, em tese, a garantia do *due process of law*.

Destaco, nesse sentido, que o controle administrativo do PCA 0000110-14.2009.2.22.0000 teve, inicialmente, como objeto a suposta nulidade da prova subjetiva, alegando-se:

“a) ausência de divulgação dos critérios de avaliação da prova discursiva e de seu gabarito; b) correção da prova discursiva pela própria Corregedoria do Tribunal e não pela entidade contratada para executar o certame; c) restrições, à vista, à obtenção de cópia e ao recurso das provas discursivas e de títulos; e d) exíguo prazo para interposição de recurso; e e) ausência de previsão editalícia de devolução dos documentos comprobatórios dos títulos aos candidatos, mesmo não aprovados” (fl. 309 dos autos – ato coator).

Conforme se depreende da própria decisão do Plenário daquele órgão, houve alteração substancial do objeto de apuração do procedimento administrativo a partir das informações juntadas pelo Sr. Gilberto Domingues, ganhando seu conteúdo, inclusive, relevância para a orientação e fundamentação da decisão de anulação total do certame, sem que aqueles fossem novamente ouvidos.

Assim, ao alterar o caráter objetivo de apuração administrativa, passando-se a uma análise subjetiva com deliberação sobre questões particulares das duas candidatas (Flávia e Heloisa), tornou-se

**MS 28775 / RJ**

indispensável a sua intimação.

Com efeito, a ausência de intimação dos interessados para que se manifestassem sobre a ampliação do objeto inicial de investigação do PAC, ofende a garantia constitucional do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF). Confira-se, nesse sentido, o seguinte precedente:

“RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (INCISOS II E III DO ART. 88 DA LEI Nº 8.666/1993) – ATO DO MINISTRO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA – PROCEDIMENTO DE CARÁTER ADMINISTRATIVO INSTAURADO PERANTE A CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – SITUAÇÃO DE CONFLITUOSIDADE EXISTENTE ENTRE OS INTERESSES DO ESTADO E OS DO PARTICULAR – NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA, PELO PODER PÚBLICO, DA FÓRMULA CONSTITUCIONAL DO “DUE PROCESS OF LAW” – PRERROGATIVAS QUE COMPÕEM A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO – O DIREITO À PROVA COMO UMA DAS PROJEÇÕES CONCRETIZADORAS DESSA GARANTIA CONSTITUCIONAL – PRECEDENTES – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

- A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal **tem reafirmado** a essencialidade do princípio **que consagra** o “*due process of law*”, **nele reconhecendo** uma insuprimível **garantia**, que, instituída **em favor de qualquer** pessoa ou entidade, **rege e condiciona** o exercício, **pelo Poder Público**, de sua atividade, **ainda** que em sede materialmente administrativa, **sob pena de nulidade** do próprio ato punitivo **ou** da medida restritiva de direitos. **Precedentes. Doutrina.**

- **Assiste, ao interessado, mesmo** em procedimentos de índole administrativa, **como direta emanção** da própria garantia constitucional do “*due process of law*” (CF, art. 5º, LIV) – **independentemente, portanto**, de haver previsão normativa nos estatutos que regem a atuação dos órgãos

**MS 28775 / RJ**

do Estado –, a **prerrogativa indisponível** do contraditório e da plenitude de defesa, **com** os meios e recursos a ela inerentes (CF, art. 5º, LV).

- **Abrangência da cláusula constitucional** do “*due process of law*”, **que compreende, dentre as diversas prerrogativas** de ordem jurídica que a compõem, *o direito à prova*.

- **O fato** de o Poder Público **considerar suficientes** os elementos de informação **produzidos** no procedimento administrativo **não** legitima **nem** autoriza a adoção, pelo órgão estatal competente, **de medidas** que, *tomadas em detrimento* daquele **que sofre** a persecução administrativa, **culminem por frustrar** a possibilidade **de o próprio** interessado **produzir** as provas **que repute indispensáveis** à demonstração de suas alegações **e que entenda essenciais** à condução de sua defesa.

- **Mostra-se claramente lesiva** à cláusula constitucional do “*due process*” a **supressão**, por exclusiva deliberação administrativa, *do direito à prova*, que, **por compor** o próprio *estatuto constitucional do direito de defesa*, **deve ter** o seu exercício *plenamente respeitado* pelas autoridades e agentes administrativos, **que não podem impedir** que o administrado produza os elementos de informação *por ele considerados imprescindíveis* **e que sejam** eventualmente capazes, *até mesmo*, **de infirmar** a pretensão punitiva da *Pública Administração. Doutrina. Jurisprudência*” (grifos no original; RMS 28.517-AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello).

Destaco, por fim, que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao examinar situação semelhante ao dos autos, entendeu, no julgamento do MS 26.700/RO, de minha relatoria, que “*não é possível presumir a existência de má-fé ou a ocorrência de irregularidades pelo simples fato de que duas das candidatas aprovadas terem sido assessoras de desembargadores integrantes da banca examinadora*”.

Isso posto, concedo a segurança para anular o ato questionado, determinando, ainda, o arquivamento do PCA 0000110-14.2009.2.22.0000.



MS 28775 / RJ



17/10/2017

SEGUNDA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 28.775 RIO DE JANEIRO

VOTO

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Presidente): Peço
vênia para acompanhar o voto do eminente Ministro RICARDO
LEWANDOWSKI.**

É o meu voto.



17/10/2017

SEGUNDA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 28.775 RIO DE JANEIRO

OBSERVAÇÃO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Eu penso, Senhor Presidente, como foi voto único, para os três casos, fica mais adequado, também, no que diz respeito ao MS 28.797, a relatoria igualmente ficar com o Ministro **Ricardo Lewandowski**, porque meu voto é único para os três.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Presidente): Exato.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Exatamente.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Presidente): O eminente Ministro RICARDO LEWANDOWSKI **redigirá** os acórdãos referentes ao julgamento do MS 28.775/DF, do MS 28.777/DF e do MS 28.797/DF.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Com relação a todos os mandados de segurança?

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Presidente): Sim.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

MANDADO DE SEGURANÇA 28.775

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

IMPTE.(S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

IMPTE.(S) : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

IMPDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

IMPDO.(A/S) : UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

LIT.PAS.(A/S) : ALEXANDRE CASTRO GUACHALLA

LIT.PAS.(A/S) : BEATRIZ BRUM PINHEIRO

LIT.PAS.(A/S) : BERKY PIMENTEL DA SILVA

LIT.PAS.(A/S) : CARLA MARIA CALDAS FIGUEIREDO

LIT.PAS.(A/S) : CARLOS MANOEL DO NASCIMENTO

LIT.PAS.(A/S) : FERNANDA ANDRADE SILVEIRA BUENO

LIT.PAS.(A/S) : IZABEL CRISTINA ALVES PEREIRA

LIT.PAS.(A/S) : MARCELO DA SILVA BORGES BRANDÃO

LIT.PAS.(A/S) : MATHEUS BON SAMPAIO

LIT.PAS.(A/S) : RAPHAEL RODRIGUES RIBEIRO

LIT.PAS.(A/S) : ROSANA SARAIVA MANHAES DUTRA

LIT.PAS.(A/S) : TACIO RAMOS ROLIM DE MOURA

LIT.PAS.(A/S) : TÂNIA MARIA SILVA RIBEIRO

ADV.(A/S) : CARLOS ROBERTO BARBOSA MOREIRA (61492/RJ)

LIT.PAS.(A/S) : CAROLINA RODRIGUES DA SILVA

LIT.PAS.(A/S) : FLÁVIA MANSUR FERNANDES

LIT.PAS.(A/S) : RAFAELA DI MASI PALHEIRO ALENCAR

LIT.PAS.(A/S) : RODRIGO ARAÚJO THEÓPHILO

ADV.(A/S) : EDUARDO ANTÔNIO LUCHO FERRÃO (9378/DF) E OUTRO(A/S)

LIT.PAS.(A/S) : ALAN NASCIMENTO OLIVEIRA

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

LIT.PAS.(A/S) : ALLAN NUNES POUBEL

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

LIT.PAS.(A/S) : ANA LUCIA MARAGA WATZL

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

LIT.PAS.(A/S) : BRUNO ROBERTO DE OLIVEIRA RAMOS

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

LIT.PAS.(A/S) : CARLOS FELIPE GUERRA DE ANDRADE

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

LIT.PAS.(A/S) : CAROLINA CRUZ TEIXEIRA CARMO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

LIT.PAS.(A/S) : CINTHIA APARECIDA FERREIRA BORGES

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

LIT.PAS.(A/S) : CINTIA BEATRIZ BIANCHI

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS



LIT.PAS.(A/S) : DANIEL MUNIZ SOARES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : DOUGLAS OLIVEIRA FONTES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : FATIMA DA CONCEICAO FERNANDES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : FRANKLIN LACERDA GOMES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : HELOÍSA ESTEFAN PRESTES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : HELON ARRAIS AMARAL MORAES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : ISABELLA RODRIGUEZ LEMA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : IVAN NIZER GONSALVES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : JULIANA FERRAZ DE ARRUDA SPOSITO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : LEONARDO MONÇORES VIEIRA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : MARCIA HELENA ROUXINOL FERNANDES
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : MARCOS AURELIO RIBEIRO RAMOS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : MARIA ANGELICA SOUZA LOUZADA CARVALHO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : MARIA EMILIA DOS SANTOS URURAHY
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : MARIA ISABELA RIBEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : NATASHA VELLASCO GONCALVES SILVA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : PALOMA PEREIRA SOUZA RUFFINO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : PAULO FERREIRA RODRIGUES JÚNIOR
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : RAFAEL D'AVILA BARROS PEREIRA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : RAFAEL XIMENES ALVIM
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : RAQUEL VIEIRA ABRAO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : RICARDO PINHEIRO JUCÁ VASCONCELOS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : RICARDO SILVA CARNEIRO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : RODRIGO CARALINE DE ALMEIDA CARVALHAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
LIT.PAS.(A/S) : TADEU BAGUINHO DINIZ



ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

LIT.PAS.(A/S) : THAIS VIEGAS SANTOS

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: A Turma, por maioria, **concedeu integralmente** a ordem **para anular** os efeitos da decisão questionada **proferida** pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, **bem como** do **despacho** proferido pelo Corregedor Nacional de Justiça que o integra, **nos autos** do Procedimento de Controle Administrativo 0000110-14.2009.2.00.0000, **nos termos** do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Dias Toffoli, Relator, que concedia a ordem em menor extensão. Falou pelo impetrante Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Alde Costa Santos, Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Declarou-se suspeito o Ministro Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Redigirá o acórdão o Ministro Ricardo Lewandowski. Presidiu, este julgamento, o Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 17.10.2017.

Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Ravena Siqueira
Secretária